

## A recuperação do emprego

*PASTORE, José. "A recuperação do emprego". O Estado de São Paulo. São Paulo, 25 de junho de 2020.*

Com a chegada da pandemia de covid-19, a destruição de empresas e empregos foi rápida, mas seus impactos serão de longa duração. Nova pesquisa do IBGE (Pnad-Covid) indica que 36,6 milhões de brasileiros estão sem trabalho ou trabalhando aquém do que podem ou do que gostariam de trabalhar. A reabsorção desses trabalhadores no mercado de trabalho seguirá caminhos e ritmos variados.

Desempregados recentes nutrem a esperança de voltar ao emprego que tinham. Muitos conseguirão. Para as empresas, isso é bom, pois a recontração de ex-empregados economiza tempo e dinheiro. Nos EUA, a maioria dos 2,5 milhões de trabalhadores foi recontraída pelas mesmas empresas quando, em maio, voltaram a operar novamente.

Mas nem todos os desempregados terão essa sorte. As firmas que quebraram, evidentemente, destruíram os empregos de forma permanente. Seus ex-empregados terão de procurar trabalho em outras empresas, o que será incerto e demorado.

As firmas que estão reabrindo seus negócios enfrentam severas restrições de funcionamento. Por um bom tempo, necessitarão de menos empregados. Não haverá razão para novas contratações.

As empresas que descobriram ser possível realizar muitas de suas atividades por meio do teletrabalho assim prosseguirão após a pandemia, o que provocará redução de empregados de apoio requeridos pelo trabalho presencial (pessoal de conservação e limpeza, motoristas, zeladores, seguranças, profissionais de ambulatórios, cozinheiros, garçons, etc.). O trabalho remoto reduzirá empregos também em outras atividades, como é o caso, por exemplo, do transporte público, de serviços de bares e restaurantes, venda de combustível, enfim, tudo o que é utilizado pelos empregados que trabalham presencialmente.

Nas empresas que reiniciarem suas atividades como faziam antes da pandemia, o potencial de contratação de trabalho dependerá do volume de sua demanda, lembrando que grande parte das famílias sairá da crise excessivamente endividada, o que exigirá moderação no consumo em várias áreas.

Muitas empresas darão continuidade e até acelerarão a incorporação de novas tecnologias com vistas a reduzir gastos com pessoal. Novas atividades decorrentes das próprias tecnologias demandarão pessoal, é verdade, mas em menor escala.

Ou seja, com exceção de poucos setores essenciais, do e-commerce e outras atividades operadas a distância, antecipa-se uma grande redução na demanda por trabalho nos primeiros tempos pós-pandemia. Dentre os que forem contratados, espera-se um grande remanejamento entre as empresas e profissões.

Essas transformações terão impacto nas promoções e nas carreiras, com tendência à redução de salários e benefícios para muitos trabalhadores e por um bom tempo.

São problemas gigantescos. A contração dos empregos e da renda afetará, é claro, a capacidade de consumo, o que retardará a retomada do crescimento econômico e de novas contratações. A incorporação dos 36,6 milhões de brasileiros no mercado de trabalho será extremamente demorada. Os que trabalham por conta própria serão igualmente afetados.

O governo brasileiro foi ágil ao aprovar medidas trabalhistas que ajudaram a preservar muitas empresas e mais de 10 milhões de empregos. No pós-pandemia, o desafio é outro: será preciso criar condições para o surgimento de oportunidades de trabalho para grandes massas de trabalhadores. Para tanto, o Brasil precisará de um mega choque de investimentos, que, por enquanto, não se sabe de onde virá.

**José Pastore é professor da FEA-USP, membro da Academia Paulista de Letras e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FECOMÉRCIO-SP.**